

Projetos para atualizar receitas

por Arnolfo Carvalho
de Brasília

O governo poderá atualizar o Orçamento Geral da União até o próximo mês, mediante o encaminhamento de projeto de lei ao Congresso, de forma a corrigir valores defasados pela inflação, atender a despesas prioritárias com encargos de dívidas e pessoal e consolidar suas contas antes do encerramento do exercício.

Neste momento tramitam no Congresso dezoito mensagens da Secretaria de Planejamento (Seplan), da Presidência da República, solicitando NCz\$ 151,37 bilhões (equivalentes a US\$ 33,94 bilhões pelo câmbio oficial) em créditos suplementares e adicionais. A maior parte desses proje-

tos depende de parecer da comissão mista do orçamento.

Ainda ontem foi enviado ao plenário do Congresso, após votação na comissão de orçamento, o projeto de Lei nº 46 — o maior de todos que tramitam atualmente no Legislativo — que solicita autorização para aumentar o orçamento fiscal em NCz\$ 145,29 bilhões, imediatamente, de maneira a atender a compromissos das dívidas da União.

Deste total, NCz\$ 141,83 bilhões destinam-se ao pagamento de amortizações da dívida mobiliária federal, a cargo do Ministério da Fazenda. Outros NCz\$ 13,47 milhões serão utilizados no pagamento de encargos e amortizações de débitos externos do Conselho Nacional de Desenvol-

vimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Outros NCz\$ 3,45 bilhões destinam-se a honrar dívidas de órgãos vinculados à Presidência da República (NCz\$ 6,59 milhões), Ministério da Agricultura (NCz\$ 16,09 milhões), Ministério da Educação (NCz\$ 397,9 mil), Ministério do Interior (NCz\$ 48,05 milhões), Ministério da Saúde (NCz\$ 3,09 milhões), Ministério dos Transportes (NCz\$ 509,01 milhões), e Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio (NCz\$ 106,84 milhões), além do serviço (NCz\$ 2,62 bilhões) e encargos financeiros da União (NCz\$ 141,17 milhões).

O total destes recursos será obtido pelo Tesouro mediante a colocação de novos títulos da dívida pública junto ao mercado, somando NCz\$ 145,29 bilhões. A mensagem da Seplan que acompanha o pedido aprovado pela comissão mista diz que a abertura destes créditos tornou-se necessária "face à mudança dos níveis inflacionários e à aceleração das desvaloriza-

ções cambiais ocorridas a partir do último mês de junho".

A comissão mista aprovou também, na reunião de ontem, o crédito suplementar de NCz\$ 50 milhões a ser coberto pelo excesso de arrecadação ocorrido nos últimos meses. Deste total, NCz\$ 40 milhões destinam-se ao Ministério dos Transportes para "recompor a compensação financeira a título de normalização contábil" da Rede Ferroviária Federal S.A. e NCz\$ 10 milhões irão para cobrir despesas de emergência do Departamento de Polícia Federal e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, do Ministério da Justiça.

Somente ontem às 18 horas é que a comissão mista de orçamento começou a distribuir os avulsos dos orçamentos de 1990 para análise dos parlamentares. Eles terão agora mais três dias para indicar, a título preliminar, as despesas e programas que pretendem modificar posteriormente mediante a apresentação de emendas.